



CÂMARA DE POLÍTICAS DE ENERGIA
E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Ata da 23^a reunião, realizada em 23 de fevereiro de 2021

1 Em 23 de fevereiro de 2021, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Políticas de
2 Energia e Mudanças Climáticas (CEM) do Conselho Estadual de Política Ambiental
3 (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de
4 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os
5 seguintes conselheiros titulares e suplentes: a presidente suplente Letícia
6 Capistrano Campos, representante da SEMAD. Representantes do poder público:
7 Georges de Araújo Rodrigues, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Pedro
8 Oliveira de Sena Batista, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
9 (Sede); Nádia Lima Sousa Madureira Silva, da Secretaria de Estado de
10 Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra); Márcio Roberto Ferreira de Oliveira Ribeiro, da
11 Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult); Carla Raquel Fonseca Correa,
12 da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Alfredo
13 Marques Diniz, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais
14 (Crea/MG). Representantes da sociedade civil: Alison Frederico Medeiros Ferreira,
15 da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Antônio Walter
16 dos Santos Pinheiro Filho, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa
17 (Aragel); Gustavo Bernardino Malacco da Silva, da Associação para a Gestão
18 Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Paulo José de Oliveira, do
19 Espeleogrupo Pains (EPA); Roberto Messias Franco, da Sociedade Mineira de
20 Engenheiros (SME); Laylla Gabrielle Borges Correia Freitas, do Centro Universitário
21 Una. **Assuntos em pauta.** **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.**
22 Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** A presidente suplente Letícia
23 Capistrano Campos declarou aberta a 23^a reunião da Câmara de Políticas de
24 Energia e Mudanças Climáticas. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E**
25 **ASSUNTOS GERAIS.** Vânia Mara de Souza Sarmento/SEMAD: “Eu queria informar
26 que o curso de capacitação para os conselheiros do COPAM está aberto. Os
27 conselheiros que ainda não realizaram, tanto titulares quanto suplentes, podem
28 realizar o curso. Em função das festas de final de ano e das férias do mês de janeiro,
29 nós resolvemos manter o curso aberto. Nós gostaríamos de colocar sobre a
30 importância de os conselheiros realizarem esse curso introdutório. Nós já estamos
31 com o curso prático, que vem na sequência, praticamente pronto. Se vocês tiverem
32 alguma dificuldade, eu vou pedir para colocar no chat o nosso e-mail para entrarem
33 em contato. No menu do COPAM, onde tem acesso às reuniões, criamos um
34 submenu ‘capacitação COPAM’, onde tem todas as informações em relação a esse
35 curso. Eu só queria lembrar que para o conselheiro conseguir concluir o curso é
36 importante que ele faça a leitura de todos os módulos. Tem o módulo inicial, e ele
37 tem que fazer a leitura até o final para poder passar para o próximo módulo. Depois

38 tem um exercício avaliativo. É importante registrar que tem que alcançar 70% para
39 finalização do curso e emissão do certificado. Cada curso tem a emissão de um
40 certificado no final. O próprio conselheiro pode imprimir ou salvar para depois
41 agregar ao currículo. Então a importância desse trabalho que estamos fazendo para
42 vocês. Para os conselheiros que têm feito, o retorno tem sido extremamente
43 positivo. Lembrando que estamos com o curso introdutório e na sequência viremos
44 com o curso prático e depois vamos trabalhar com as temáticas. No caso desta
45 Câmara, vamos trabalhar com energia e mudanças climáticas. E nas demais
46 Câmaras cada uma trabalhando as suas temáticas. Então eu venho reforçar sobre
47 a importância de os conselheiros realizarem o curso. Ainda não conseguimos o
48 quantitativo que achávamos que conseguiríamos. Então viemos reforçar a cada
49 reunião sobre a importância de vocês estarem realizando esse curso. E no caso de
50 alguma dificuldade ou alguma dúvida o nosso e-mail está no chat para vocês
51 entrarem em contato. Nós estamos à disposição para auxiliá-los naquilo que for
52 possível." Presidente Letícia Capistrano Campos: "Eu queria reforçar o recado da
53 Vânia e reiterar a importância de todos os senhores realizarem esse curso.
54 Realmente agrava muito, inclusive para o andamento das reuniões e o nosso
55 conhecimento. Então realmente é muito importante." **4) EXAME DA ATA DA 22^a**
56 REUNIÃO. Aprovada por unanimidade a ata da 22^a reunião da Câmara de Políticas
57 de Energia e Mudanças Climáticas, realizada em 26 de outubro de 2020. Votos
58 favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, Secult, Crea, Fiemg, Abragel, EPA e Una.
59 Abstenções: Seapa e Angá. Ausência: SME. Os conselheiros representantes da
60 Seapa e da Angá justificaram as abstenções de voto pelo motivo de não terem
61 participado da reunião. **5) PLANEJAMENTO DO NÚCLEO DE**
62 SUSTENTABILIDADE, ENERGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS 2021.
63 **Apresentação: FEAM.** Larissa Assunção Oliveira Santos, da FEAM, fez
64 apresentação do planejamento do Núcleo de Sustentabilidade, Energia e Mudanças
65 Climáticas para o ano de 2021. O conteúdo da exposição foi disponibilizado na
66 pauta. Manifestações. Conselheiro Alison Frederico Medeiros Ferreira: "Eu gostaria
67 de parabenizar a Larissa e toda a equipe da FEAM pelo planejamento e toda a
68 organização da agenda de trabalho de 2021. E gostaria de tirar uma dúvida. No
69 primeiro workshop, nós discutimos sobre a possibilidade de criação de grupos de
70 trabalhos setoriais com o objetivo de discutir as ações de mitigação, os inventários
71 apresentados. Eu gostaria de saber como vocês estão planejando isso. Você
72 comentou sobre o cronograma de ações para 2021, realização do segundo
73 workshop e mais algumas ações específicas. Essa criação de grupo de trabalho
74 está no planejamento também ou não?" Larissa Assunção Oliveira Santos/FEAM:
75 "Está, sim. Esse foi um pedido da FEAM, porque nós vimos pelo workshop e também
76 pela nossa experiência com o Plano de Energia e Mudanças Climáticas, por
77 exemplo, o tanto que é importante reunir os setores em um grupo, para trabalhar as
78 especificidades de cada setor. Nós entramos em contato com o CBC e pedimos
79 encarecidamente para fazermos esse GTS. Foi um pedido que fizemos para o CBC
80 e para a COP, e eles concordaram, como já tínhamos conversado no primeiro

81 workshop, de fazermos uma reunião para cada GT. Ainda não temos o cronograma
82 dessas reuniões, mas, assim que tivermos, vocês vão saber. Não temos o
83 cronograma porque o projeto está um pouco atrasado devido ao trabalho da COP.
84 Então estamos aguardando para que eles indiquem o momento de fazer esse grupo
85 de trabalho." Conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva: "Como está hoje o
86 trâmite na Assembleia com relação a esse PL? Não sei se seria uma política
87 estadual ou o que no final vai ser trabalhado. Há perspectiva de esse projeto ser
88 discutido neste ano, qual é a expectativa de vocês hoje?" Larissa Assunção Oliveira
89 Santos/FEAM: "Nós já enviamos um projeto para a Lei Estadual de Enfrentamento
90 às Mudanças Climáticas. Já enviamos algumas vezes para a Assembleia. A última
91 vez foi enviada pelo ex-governador Pimentel. Quando o Zema entrou, esse projeto
92 foi arquivado. Nós estamos com a minuta do PL revisada e atualizada e
93 pretendemos levar para validação no Fórum de Energia e Mudanças Climáticas. Nós
94 entendemos com essa validação a nossa chance de passar pela Assembleia,
95 porque, inclusive, dentro do Fórum vai ter representante da Assembleia. A
96 expectativa é para este ano." Conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva:
97 "Desde que estávamos conversando aqui no antigo governo, para mim, era um dos
98 primeiros projetos de qualquer governo a serem aprovados. Um governo estadual
99 que não tem uma Política Estadual de Mudança Climática, um direcionamento, é
100 brincadeira, é fora de qualquer realidade hoje de mercado e sustentabilidade. Outra
101 questão: como está o trabalho do governo hoje com os municípios? Eu estou aqui
102 em Uberlândia, e Uberlândia nem fala de um plano municipal de mudanças
103 climáticas, nem se aproxima disso. Quais são as ferramentas, os estímulos? Pelo
104 menos elencar alguns municípios prioritários do Estado, que, com certeza, o Estado
105 vai entender que são os maiores emissores, para fazer essa aproximação na
106 perspectiva de um estímulo a eles. Começaram agora as novas gestões municipais,
107 e talvez seja um momento também, nesse planejamento, até para nos ajudar aqui.
108 Porque é um debate que não conseguimos colocar. Uberlândia passou por cinco
109 eventos climáticos de dezembro de 2020 a agora em fevereiro de 2021. Mesmo com
110 esse caos implementado aqui, não conseguimos ainda colocar na perspectiva do
111 Executivo local esse debate. De repente, pensar alguns eventos setoriais, que nós
112 possamos ajudar territorialmente nesse debate. Não tem jeito, é um governo
113 subnacional que vai fazer essa política." Larissa Assunção Oliveira Santos/FEAM:
114 "Sobre o PL de Enfrentamento às Mudanças Climáticas, eu concordo, conselheiro.
115 Como área técnica, é mais que importante uma lei para subsidiar o nosso trabalho.
116 Inclusive, Minas Gerais é o único Estado do Sudeste que ainda não tem essa Lei de
117 Enfrentamento às Mudanças Climáticas. A única coisa que temos é o Decreto
118 45.229, que fala da regulamentação das emissões por meio do programa de registro
119 de emissões de gás de efeito estufa. Mas não temos uma lei. Inclusive, diversos
120 Estados brasileiros fora do Sudeste também já possuem. Então eu realmente vejo
121 como um atraso. Mas nós pretendemos e esperamos que esse PL seja aprovado
122 este ano. Com relação aos municípios, como eu disse, nós temos alguns produtos
123 relacionados às mudanças climáticas para os municípios. Nós entendemos que o

assunto de mudança climática nem sempre é prioritário para os municípios, muito por falta de conhecimento mesmo do assunto, de achar que mudança climática é algo de futuro. Por isso, nós pensamos na plataforma Clima Gerais, uma plataforma que tem pílulas de conhecimento para iniciar a conversa sobre mudança climática. Lá o agente público municipal pode entender um pouquinho sobre mudança climática e depois pode entender como a mudança climática está sendo trabalhada em vários municípios brasileiros ou até fora do Brasil, por meio das boas práticas que identificamos e inserimos nessa plataforma. E depois ele pode entender quais são os instrumentos de financiamento que ele pode ter. Dentro da plataforma Clima Gerais, também tem o Índice Mineiro de Vulnerabilidade Climática, que indica com o grau de vulnerabilidade quanto vulnerável o município é às mudanças climáticas. Nós falamos que o índice não é um instrumento para ser utilizado somente ele para tomada de decisão, mas ele auxilia os municípios na tomada de decisão, principalmente aqueles municípios que não possuem um plano de adaptação para redução da vulnerabilidade. Belo Horizonte, por exemplo, possui esse tipo de avaliação de vulnerabilidade, e aí se consegue enxergar a vulnerabilidade dos bairros. Então o ideal seria que os municípios tivessem esse estudo, mas nós entendemos que é um estudo caro, que é complicado, e temos muitos municípios. O Índice pode cooperar para essa avaliação da vulnerabilidade e a tomada de decisão. Nós também temos na plataforma a ferramenta Clima na Prática e até fizemos um evento de divulgação no ano passado. Essa ferramenta é exatamente para o município colocar em prática as questões relacionadas às mudanças climáticas dentro das suas políticas públicas, das suas ações e dos seus programas. Ela mostra um caminho para o município poder seguir para que se torne mais resiliente. Não há uma receita de bolo, mas damos o caminho para que o município consiga iniciar os trabalhos com relação às mudanças climáticas. Então nós temos alguns produtos, mas temos dificuldade na sua divulgação. Em 2019, nós fizemos cinco capacitações do Clima na Prática. Ao longo de 2019, nós desenvolvemos a ferramenta Clima na Prática e levamos para cinco municípios mineiros. Selecionei 35 municípios por alguns critérios, como se tem alguma política ambiental, algum conselho, se tem mais de 20 mil habitantes. Então selecionamos alguns municípios e enviamos essa ideia de fazer a capacitação. E aí nós fomos àqueles municípios que responderam. Então fizemos essa capacitação para cinco municípios, mas entendemos que é muito pouco. Por isso que o produto do eixo de adaptação é a estratégia de comunicação, para que consigamos divulgar esses produtos, para que esses produtos consigam chegar, por exemplo, a Uberlândia, que sofreu com eventos climáticos extremos. Entendemos que existem ferramentas para que ações sejam feitas dentro do município. Por exemplo, ação de adaptação, ação relacionada ao urbanismo. De repente colocar dentro do plano diretor ações relacionadas a mudanças climáticas etc. É um início, mas para realmente estimular os municípios a trabalharem com essas questões." trabalho." Conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva: "Uma sugestão: como começamos com novas administrações municipais pelo Estado, talvez retomar isso. Eu entendo que a

167 plataforma digital é muito importante, mas para alguns gestores acaba que o tête-à-
168 tête do governo é muito importante. Talvez as associações de municípios, que
169 conseguem congregar vários prefeitos. Então eu acho que isso poderia entrar como
170 planejamento agora no início, para pegar os prefeitos começado e reforçar junto ao
171 seu secretariado. Os Comitês de Bacia também têm uma força dentro dos territórios
172 e poderiam ser utilizados neste início de governo municipal. Não tem como mais
173 fugir dessa agenda, os governos subnacionais, além dos prejuízos, estão perdendo
174 oportunidades econômicas se não trabalharem essa política. Uma cidade do porte
175 de Uberlândia nem colocar a palavra de agenda climática dentro do seu
176 planejamento no Estado de Minas Gerais é uma coisa impressionante. Não estamos
177 falando daquele município pequeno, estamos falando de município de grande porte,
178 que tem seus problemas resultantes da temática da agenda climática e contribui
179 significativamente no Estado com emissões. Como é que o Estado vai conseguir
180 também atingir suas metas de redução se os maiores emissores não estão nessa
181 cadeia com suas políticas públicas? Então esse tipo de mensuração tem que existir.
182 E aí precisa do estímulo, e até o projeto de lei – não conheço o projeto agora que
183 está sendo discutido novamente – tenha esses gatilhos de incentivos aos governos
184 subnacionais, de colocar até como exigência. O plano diretor está lá como exigência
185 para municípios acima de 20 mil habitantes. Então tem que ter esses gatilhos, nem
186 que sejam por meio de instrumentos econômicos, de o próprio governo pensar, se
187 não tiver, vai ter perda de tributação, de imposto, por exemplo, no seu território. Uma
188 obrigação. E aí os municípios menores podem trabalhar esses consórcios, como no
189 Marco do Saneamento. Então é uma preocupação que nós temos. Essa política tem
190 que ser mais presencial nos territórios. Do contrário, o Estado vai ficar para trás.
191 Como pode o único Estado do Sudeste que não tem uma política estadual. É difícil,
192 é realmente falta de visão do atual governo e de quem passou, de uma forma geral.”
193 Presidente Letícia Capistrano Campos: “Conselheiro, nós registramos aqui a sua
194 contribuição. Ano passado, inclusive, nós tivemos uma experiência dessa com a
195 região metropolitana de Belo Horizonte, com ajuda, inclusive, da Agência. Nós
196 fizemos a divulgação tanto da plataforma Clima Gerais como da ferramenta Clima
197 na Prática. Infelizmente, devido à pandemia, tivemos que fazer um evento desse de
198 modo remoto, online. Não sabemos como vamos lidar agora com essa questão da
199 pandemia e tudo mais, mas está registrado, e eu concordo com o senhor. E nós
200 vamos tentar, sim, que isso chegue às outras regiões de Minas Gerais, aos outros
201 municípios. Porque realmente com 853 municípios nós dependemos deles para
202 poder fazer uma política de mudanças climáticas no Estado. O nosso Estado é muito
203 grande, então, sem o apoio dos municípios, sem o trabalho dos municípios,
204 certamente não vamos conseguir desenvolver esse tipo de política. Então está
205 registrado. E obrigada pela contribuição.” Conselheiro Gustavo Bernardino Malacco
206 da Silva: “Nós ficamos à disposição, presidente. Se precisar de um meio de campo
207 com as associações de municípios e também com os Comitês, com os quais
208 também trabalhamos bem, nós estamos à disposição para fazer essa ponte e ajudar
209 nessa divulgação e nesse incentivo.” Presidente Letícia Capistrano Campos:

210 “Agradeço a disposição. E certamente precisaremos contar com o senhor para isso,
211 sim. Agradeço desde já.” Conselheiro Alison Frederico Medeiros Ferreira: “Eu
212 gostaria de esclarecer uma dúvida a respeito do Fórum Mineiro de Energia e
213 Mudanças Climáticas. Houve uma discussão em algumas reuniões anteriores sobre
214 a composição do Fórum. A Fiemp até apresentou uma proposta de composição, e
215 eu gostaria de registrar aqui essa apresentação e saber como estão o andamento
216 disso, as expectativas, os próximos passos e como vocês estão planejando o
217 avanço desse processo.” Presidente Letícia Capistrano Campos: “Nós recebemos o
218 ofício do senhor, foi direcionado tanto à secretaria Marília quanto ao presidente
219 Renato. Nós fizemos a análise da proposta, e neste momento a proposta está em
220 deliberação por parte da própria secretaria e do presidente Renato. Então muito em
221 breve vocês irão receber o nosso retorno com relação a isso. E desde já eu me
222 coloco à disposição também, caso o senhor precise tirar alguma dúvida com relação
223 ao andamento dessa questão.” **6) DESDOBRAMENTOS DOS TRABALHOS DO
224 MEMORANDO DE ENTENDIMENTO FIRMADO ENTRE MINAS GERAIS E REINO
225 UNIDO.** Apresentação: FEAM. Larissa Assunção Oliveira Santos, da FEAM, fez
226 apresentação sobre os desdobramentos dos trabalhos do memorando de
227 entendimento firmado entre Minas Gerais e o Reino Unido. O conteúdo da exposição
228 foi disponibilizado na pauta. Manifestações. Presidente Letícia Capistrano Campos:
229 “Eu gostaria de deixar aqui o agradecimento a todas as instituições de governo que
230 participaram e possibilitaram a assinatura desse memorando de entendimento.
231 Realmente, foi um marco muito grande para Minas Gerais e também para a relação
232 de Minas Gerais junto ao Reino Unido. Eu gostaria de cumprimentar na pessoa do
233 cônsul Lucas Brown, assim como todo seu time e todas as secretarias e entidades
234 de governo que participaram dessa assinatura e viabilizaram tudo isso.” Conselheiro
235 Gustavo Bernardino Malacco da Silva: “Eu não tenho dúvida de que seja um passo
236 importante do governo na busca dessas metas. Nós ficamos felizes quando, no ano
237 passado, recebemos a notícia dessa assinatura. Eu achei interessante que, durante
238 a apresentação, foi destacado que depois vão trabalhar em alguns municípios do
239 Cerrado. Salvo engano, são 25 municípios que foram elencados no Programa ABC.
240 Como vai ficar esse guarda-chuva? Vai ficar com a própria FEAM mesmo, dentro da
241 SEMAD? Eu digo a governança desse projeto. Ou vai ser debatido com um grupo
242 mesmo, com várias secretarias, já que se relaciona com a Seapa, a Sede. Como
243 fica essa governança?” Presidente Letícia Capistrano Campos: “Hoje o coordenador
244 dentro do Estado de Minas Gerais é o presidente Renato Brandão, da FEAM. Então
245 ele hoje está coordenando no âmbito geral de governo. Porém, como a Larissa
246 disse, tem vários grupos de trabalho, que foram definidos na própria redação. Para
247 os grupos de trabalho, o grupo maior, que reúne todos os grupos de trabalho,
248 realmente, para deliberar e tudo mais, tem a participação de todas as secretarias
249 que assinaram junto o memorando de entendimento, que são Seapa, Sede, IEF,
250 FEAM, SEMAD. E sempre com apoio do próprio governo. Então hoje nós temos a
251 representação da assessoria do governador sempre presente nas discussões,
252 participando e dando as diretrizes. Mas realmente a coordenação geral ficou na

253 carga do presidente da FEAM. No entanto, nós estamos fazendo essas reuniões
254 dos GTS, e cada GT tem uma coordenação específica. Por exemplo, de o GT de
255 Agricultura é coordenado pela Seapa no âmbito do Estado de Minas Gerais e tem
256 outro coordenador no âmbito da embaixada do Reino Unido. Eu acho que é bom até
257 passar, Larissa, sobre como nós temos discutido a questão do cronograma. Até
258 março, todos os GTS já vão ter levantados os projetos que queremos desenvolver,
259 as propostas. De março até julho, vamos começar o desenvolvimento desses
260 projetos e também deliberar o que queremos levar para a COP-26 no âmbito do
261 governo de Minas Gerais. Até julho, vamos ter isso definido, porque a COP será em
262 novembro. Nós achamos que na verdade tem muito tempo até lá, mas o ano passa
263 voando. Então realmente precisamos fazer uma definição disso, e quanto mais cedo
264 melhor.” Conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva: “É ótimo a governança
265 ficar centralizada na FEAM. Um questionamento é como vai ser feita essa
266 governança do recurso. Eu imagino, óbvio, que esse memorando trabalha com
267 investimento. Como vocês vão trabalhar essas parcerias? Vai ter um fundo? Serão
268 feitas parcerias locais, com municípios? Como vocês estão pensando nesse debate
269 sobre a aplicação do recurso? Vão existir editais, por exemplo? Só para entender o
270 que vocês estão pensando hoje.” Presidente Letícia Capistrano Campos: “Nós
271 estamos ainda nessa fase inicial de discussão, de levantamento do que vai ser feito.
272 Mas, por exemplo, dentro do grupo de investimento, pretendemos envolver o BDMG,
273 até mesmo porque tem uma perspectiva relacionada a essa questão de
274 financiamento. Então ainda estamos definindo o formato em que isso vai ser feito,
275 qual o melhor formato, a melhor diretriz. Assim que tivermos uma definição quanto
276 a isso, retornaremos à CEM para apresentar como será feito. Por enquanto,
277 estamos em uma fase de discussão ainda.” Larissa Assunção Oliveira
278 Santos/FEAM: “Eu queria fazer um adendo na fala da Letícia. Conselheiro Gustavo,
279 com relação aos 25 municípios do Cerrado, na verdade, é uma iniciativa que já
280 existe por meio do Reino Unido. Com relação aos grupos de trabalho, apesar de
281 termos definido e estarmos realizando essas reuniões com atores-chave, nada
282 impede, se no momento de discussão verificarmos a necessidade de outros atores,
283 que possa convidar. Nós entendemos que precisamos estar com todos os atores
284 relacionados ao tema para que os projetos andem.” Conselheiro Alison Frederico
285 Medeiros Ferreira: “Novamente, parabenizá-los por essa excelente iniciativa. Nós
286 acreditamos que essas iniciativas, esses eixos estratégicos de descarbonização,
287 transição energética, agricultura sustentável vão nos trazer muitas informações,
288 muitos inputs. Uma dúvida que surgiu aqui é se esses inputs, essas informações
289 que serão geradas, que serão estudadas, se vocês estão planejando desdobrar isso
290 com alguma outra ação, por exemplo, de revisão do Plano de Energia e Mudanças
291 Climáticas, que, se não me falha a memória, é de 2014/2015. Se isso alimentaria
292 possíveis revisões desse plano e até mesmo da nossa política. Como vocês estão
293 planejando a saída desse trabalho a posteriori?” Larissa Assunção Oliveira
294 Santos/FEAM: “Dentro do grupo de trabalho nós vamos definir projetos que vamos
295 trabalhar, ações de trabalho, e, com certeza, na atualização do plano, essas ações

que vamos desenvolver vão servir para alimentar a atualização. O Plano de Energia e Mudanças Climáticas tem a parte de mitigação e a parte de estratégias de adaptação, então as ações relacionadas, por exemplo, a mitigação, dos GTs, com certeza entrariam na revisão do plano. Até porque a intenção e o que deveria ser feito é que o plano acompanhasse essas ações para entender como elas estão andando, se existe algum gargalo, se precisa se tornar outra ação. Então o que foi discutido no grupo de trabalho com certeza vai alimentar a revisão do plano de alguma forma.” Presidente Letícia Capistrano Campos: “Complementando o que a Larissa disse, a ideia é que o PEMC seja um guarda-chuva de todo o memorando de entendimento. Isso foi discutido na última reunião que tivemos junto à embaixada.” Conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva: “Até que atualizemos o inventário de emissão de gases de efeito estufa, ainda perdura aquele que aponta claramente que o uso do solo tem a maior parte das emissões. Eu acho importante nesse trabalho de aplicação de recursos não ficar apenas no direcionamento de empréstimos, talvez do BDMG, mas pensar também em fundo perdido e trabalhar parcerias. Agora que temos o PRA regulamentado, é claro, vamos precisar de estrutura, viveiros. Minas tem uma meta de restauração. Como vai atingir essa meta com esses viveiros todos sucateados pelo Estado sem essas parcerias em viveiros nos territórios. Lógico, isso também envolve conservação, para não ficar trocando floresta madura, Cerrado maduro, por florestas. Esse é um debate importante. Mas nós vamos precisar, tem muita área para ser recuperada, restaurada. É importante também ter esse tipo de estratégia e também trabalhar as organizações da sociedade civil dentro dos territórios. Óbvio, não estamos tratando isso como uma empresa, um investimento, ter um dinheiro. Na realidade, é um trabalho sem fins lucrativos. Então é pensar também nisso, porque tem bons casos de sucesso entre organizações da sociedade civil que administram viveiros por todo o país. Eu acho isso muito importante, especialmente nas áreas em que temos um déficit muito representativo. Mas eu entendo que vocês vão trazer esse debate mais à frente nesses grupos de trabalho.” Larissa Assunção Oliveira Santos/FEAM: “Com certeza, isso que o senhor levantou vai ser discutido tanto no grupo de agricultura sustentável quanto no de conservação e restauração florestal. Esses dois grupos não são coordenados pela FEAM, mas a FEAM participa de todos e com certeza vai entrar nessa discussão. Porque agora é o momento em que nós estamos analisando quais são os gargalos para atuar por meio de projeto. Eu vou levar esse gargalo que o conselheiro identificou para esses grupos de trabalho.”

7) PROPOSTA DE AGENDA ANUAL PARA AS REUNIÕES DA CÂMARA DE POLÍTICAS DE ENERGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS DO COPAM PARA O ANO DE 2021.

Apresentação: SEMAD. Aprovado por unanimidade o calendário de reuniões da Câmara de Políticas de Energia e Mudanças Climáticas para 2021, nos termos da proposta apresentada pela SEMAD. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, Secult, Seapa, Crea, Fiemg, Abragel, Angá, EPA, SME e Una. A Presidência informou que os conselheiros e entidades que tiverem propostas de pontos de pauta poderão encaminhar à Secretaria Executiva. O prazo para o envio de sugestões é de até 15

339 dias antes da data da convocação de cada reunião, conforme destacado pela
340 Secretaria Executiva, para atendimento do Regimento Interno do COPAM. **8)**
341 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente
342 Letícia Capistrano Campos declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta
343 ata.

344

345 **APROVAÇÃO DA ATA**

346

347

348 **Letícia Capistrano Campos**
349 **Presidente suplente da Câmara de Políticas**
350 **de Energia e Mudanças Climáticas**